

CANELA-RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA - RIO GRANDE DO SUL

**PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO COM HABILITAÇÃO
TÉCNICA PEDAGÓGICA – SUPERVISOR**



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

CONCURSO PÚBLICO 01/2026

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



Prefeitura de Canela - RS

*Profissional do Magistério com Habilitação
Técnica Pedagógica – Supervisor*

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão, interpretação e análise crítica de textos de diferentes gêneros e tipologias	1
Identificação de tema, tese, argumentos, pressupostos, subentendidos e informações implícitas.....	14
Relações intertextuais e interdiscursivas	24
Coesão, coerência, progressão temática e referenciação	30
Mecanismos de argumentação e efeitos de sentido	36
Semântica e significação contextual; sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia, ambiguidade, denotação e conotação	42
Figuras de linguagem	46
Funções da linguagem	53
Variação linguística.....	54
Adequação comunicativa	56
Ortografia oficial	62
Acentuação gráfica.....	70
Classes de palavras e seus empregos morfossintáticos.....	73
Estrutura e formação de palavras	85
Flexão nominal e verbal; tempos, modos, vozes e correlação verbal.....	91
Termos da oração; período composto por coordenação e subordinação	96
Relações sintáticas, semânticas e lógico-discursivas	102
Concordância nominal e verbal	108
Regência nominal e verbal	114
Emprego da crase	121
Colocação pronominal.....	125
Pontuação e seus efeitos de sentido.....	128
Discurso direto, indireto e indireto livre	132
Reescrita, transformação e equivalência de estruturas; paralelismo sintático e semântico; correção gramatical; adequação vocabular	136
Redação oficial, conforme o Manual de Redação da Presidência da República	142
Questões	164
Gabarito.....	177

SUMÁRIO



DIDÁTICA

Fundamentos históricos, filosóficos, sociológicos e psicológicos da educação.....	1
Teorias da aprendizagem	10
Tendências pedagógicas	17
Concepções de ensino, aprendizagem, currículo e avaliação	20
Função social da escola e papel do professor	26
Organização do trabalho pedagógico . planejamento educacional, curricular e de ensino	32
Projeto Político-Pedagógico	39
Planos de ensino e de aula; definição de objetivos, competências e habilidades; seleção e organização de conteúdos; metodologias, estratégias e recursos didático-pedagógicos	42
Metodologias ativas e práticas interdisciplinares	48
Relação entre teoria e prática	54
Mediação pedagógica e relação professor-aluno; gestão da sala de aula	59
Diversidade, inclusão, equidade e educação especial na perspectiva inclusiva; adaptações e acessibilidade curricular.....	65
Avaliação diagnóstica, formativa e somativa; instrumentos, critérios e recuperação da aprendizagem.....	71
Tecnologias digitais aplicadas à educação.....	77
Educação integral.....	84
Interdisciplinaridade, transversalidade e contextualização	86
Alfabetização e letramento	91
Formação inicial e continuada de professores; práticas reflexivas e saberes docentes	94
Legislação e políticas educacionais brasileiras.....	100
Base Nacional Comum Curricular – BNCC	106
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996	171
Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990	203
Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/2014	271
Ética, cidadania, direitos humanos e convivência democrática no ambiente escolar....	291
Questões	297
Gabarito.....	302

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Fundamentos históricos, filosóficos, sociais, políticos e pedagógicos da supervisão escolar; papel do Supervisor Escolar na organização, acompanhamento e qualificação do processo educativo.....	1
Atribuições, responsabilidades e limites de atuação do Profissional do Magistério com Habilitação Técnico Pedagógica – Supervisor	7
Supervisão escolar na perspectiva democrática, participativa, formativa, inclusiva e emancipatória; planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação do trabalho pedagógico; organização do processo de ensino e aprendizagem na educação básica.....	20
Projeto Político-Pedagógico: elaboração, execução, monitoramento, avaliação e revisão coletiva.....	26
Currículo escolar, organização curricular, interdisciplinaridade e contextualização do conhecimento	32
Base Nacional Comum Curricular – BNCC e sua articulação com o currículo municipal e o planejamento docente	38
Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica	52
Planejamento pedagógico: planos de ensino, planos de aula, sequências didáticas, projetos pedagógicos e registros escolares; acompanhamento da prática docente e orientação pedagógica aos professores.....	58
Formação continuada de professores em serviço;.....	64
Observação, análise, devolutiva e intervenção pedagógica na prática educativa	70
Metodologias de ensino, metodologias ativas, aprendizagem significativa, ensino por projetos e práticas inovadoras.....	77
Avaliação da aprendizagem: diagnóstica, formativa, processual, somativa, institucional e externa; instrumentos, critérios, registros, pareceres, rubricas, recuperação paralela e intervenções pedagógicas	84
Análise de resultados de aprendizagem, indicadores educacionais, frequência, rendimento, evasão, infrequência e permanência escolar	91
Estratégias de enfrentamento ao fracasso escolar, distorção idade-série, baixo rendimento e abandono.....	97
Alfabetização, letramento, numeramento e acompanhamento das aprendizagens essenciais.....	103
Educação inclusiva, acessibilidade, diversidade e atendimento a estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades e necessidades educacionais específicas; articulação com o Atendimento Educacional Especializado – AEE e apoio ao professor na flexibilização curricular e nas adaptações metodológicas	109
Gestão democrática, participação coletiva, conselhos escolares, reuniões pedagógicas e conselhos de classe.....	115

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Organização, condução e registro de reuniões pedagógicas, formações, planejamentos e avaliações institucionais.....	121
Mediação de conflitos no ambiente escolar e promoção de convivência democrática ..	127
Relação entre escola, família e comunidade.....	134
Comunicação institucional, escuta qualificada, acolhimento e trabalho colaborativo; articulação entre direção, orientação educacional, professores, estudantes, famílias e rede de apoio; acompanhamento da execução do calendário escolar, carga horária, dias letivos, atividades pedagógicas e documentação escolar	140
Constituição Federal de 1988.....	145
Legislação educacional aplicada à educação básica. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	145
Estatuto da Criança e do Adolescente	146
Plano Nacional de Educação	146
Estatuto da Pessoa com Deficiência	178
Políticas públicas educacionais, inclusão escolar, proteção integral e direitos de aprendizagem.....	184
Educação para as relações étnico-raciais, educação para as relações étnico-raciais, cultura indígena, africana e afro-brasileira	190
Direitos humanos, cidadania, sustentabilidade, diversidade cultural, ideologia de gênero e combate ao preconceito	195
Uso pedagógico de tecnologias digitais, recursos educacionais, sistemas educacionais e dados educacionais.....	201
Elaboração de relatórios, pareceres, atas, registros, planos de ação e documentos pedagógicos; acompanhamento de programas, projetos, avaliações externas, avaliações internas e ações de melhoria da qualidade do ensino	207
Ética profissional, sigilo, responsabilidade, postura institucional e compromisso com a aprendizagem dos estudantes	213
Liderança pedagógica, trabalho em equipe, tomada de decisões, organização administrativa-pedagógica e promoção de ambiente escolar acolhedor, inclusivo, seguro e favorável à aprendizagem	219
Questões	224
Gabarito.....	

LEGISLAÇÃO

Lei Orgânica Municipal; Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)	1
Regime Jurídico Único dos Servidores	13
Estrutura Administrativa do Município de Canela.....	59
Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Canela	68
Lei Federal nº 14.640/2023 (Tempo Integral).....	78
Plano Municipal de Educação de Canela.....	79
Lei Municipal nº 1.702/1999 (Sistema Municipal de Educação de Canela)	82

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Lei Municipal nº 4.856/2024 (Diretrizes da Escola em Tempo Integral)	92
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990).....	96
Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNs).....	164
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996)	164
Constituição Federal de 1988 (Artigos 205 a 214)	197
Base Nacional Comum Curricular (BNCC); LBI – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).....	203
Leis Complementares nº 26 (Magistério) e 27/2012 (Maestro e Monitor).....	235
Lei Complementar nº 25/2012 (Regime Jurídico)	236
Decretos Municipais nº 7.207/2015 (Estágio Probatório) e nº 10.662/2025 (Registro de Ponto)	279
Questões	282
Gabarito.....	288

SUMÁRIO



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário** : O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.



Fundamentos da Educação¹

A educação deve levar em conta a natureza própria do indivíduo, encontrando esteios nas leis da constituição psicológica do indivíduo e seu desenvolvimento. A relação entre os indivíduos a educar e a sociedade torna-se recíproca. Pretende que a criança aproxime do adulto não mais recebendo as regras de boa ação, mas conquistando-as com seu esforço e suas experiências pessoais, em troca a sociedade espera das novas gerações mais do que uma imitação; espera um enriquecimento.

Caso queiramos proceder corretamente no campo técnico da educação, teremos que a elas recorrer para que não sejamos tentados em nossa ação educativa, a impor modelos, para com que eles, os alunos, se identifiquem. Teremos sim que lhes oferecer situações. experiências que resultem em uma modelagem adequada. Modelagem não estereotipada, mas decorrentes das diferenças individuais de cada aluno.

► Fundamentos Sociológicos

No Brasil, convivem lado a lado, uma Sociologia de Educação cética com relação à ordem existente, baseada em modelo marxista, uma outra baseada em metodologia de pesquisa empiricista e, ainda outra que, rejeitando ambas as abordagens, adota perspectivas de inspiração interacionista, fenomenológica ou etno-metodológica. As diferenças entre os referenciais teóricos, os temas tratados e a orientação política são tão grandes que talvez fosse mais correto falar em Sociólogas da Educação.

Nos últimos vinte anos pertencem a Althusser (1970), Bowles e Gintis (1976), Bourdieu e Passeron (1970) e Michael Yong (1971), os estudos que marcaram e delimitaram o campo da Sociologia Educacional. Estes estudos postulam que a produção e reprodução das classes reside na capacidade de manipulação e moldagem das consciências, na preparação de tipos diferenciados de subjetividade de acordo com as diferentes classes sociais.

A escola participa na consolidação desta ordem social pela transmissão e incubação diferenciada de certas ideias, valores, modos de percepção, estilos de vida, em geral sintetizados na noção de ideologia. Os estudos centram-se nos mecanismos amplos de reprodução social via escola.

Num outro eixo, encontramos os ensaios da Nova Sociologia da Educação preocupados em descrever as minúcias do funcionamento do currículo escolar e seu papel na estruturação das desigualdades sociais. A Nova Sociologia da Educação coloca a problematização dos currículos escolares no centro da análise sociológica de Educação.

A Sociologia da Educação, hoje, aborda como tema central de discussão: o papel da educação na produção e reprodução da sociedade de classes. A Educação facilmente descobre que um dos lugares eminentes de sua teoria e de sua prática está no interior dos movimentos sociais. Cabe, pois, a escola o papel de preparar técnica e subjetivamente as diferentes classes sociais para ocuparem seus devidos lugares na divisão social.

Bourdieu e Passeron percebem como essa divisão é mediada por um processo de reprodução cultural. Sabemos que as forças culturais que atuam sobre o comportamento precisam ser conhecidas para um melhor planejamento e, conseqüentemente, melhor ensino. De particular interesse para o processo educativo são os fatores familiares, o grupo de adolescentes a que se filia (“a turma”) e a escola.

As condições do ambiente forjam a sua resposta ou reticência, aos estímulos, formando padrões de hábitos que encorajam ou desencorajam as atividades que motivam ou desmotivam a aprendizagem. O comportamento em classe está estritamente relacionado com o ambiente familiar e a sua posição socioeconômica. Fatores estes ocasionadores de procedimentos antissociais ou de extrema instabilidade e falta de amadurecimento.

¹ <https://pedagogiaparaconcurseiros.com.br/apostila-de-fundamentos-da-educacao/>



FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA SUPERVISÃO ESCOLAR

Os fundamentos históricos da supervisão escolar revelam que essa função passou por mudanças significativas ao longo do tempo. Em suas origens, a supervisão esteve muito ligada à inspeção, ao controle e à verificação do cumprimento de normas. A escola era vista como instituição que deveria seguir programas definidos de modo centralizado, e o supervisor ou inspetor tinha a tarefa de fiscalizar se professores e unidades escolares cumpriam determinações administrativas.

Essa fase fiscalizadora refletia modelos educacionais mais hierarquizados. O trabalho docente era frequentemente tratado como execução de ordens, e a supervisão aparecia como mecanismo de controle externo. O foco estava na disciplina institucional, na padronização de procedimentos e no cumprimento de conteúdos prescritos. Pouco se valorizava a reflexão coletiva sobre a prática pedagógica ou a participação dos professores nas decisões.

Com as transformações sociais, políticas e educacionais, especialmente a valorização da escola democrática e do direito à educação, a supervisão passou a ser repensada. A educação deixou de ser entendida apenas como transmissão de conteúdos e passou a ser vista como processo de formação humana, social, cultural e cidadã. Nesse contexto, a supervisão escolar precisou abandonar a lógica puramente fiscalizadora e assumir caráter formativo.

A crítica ao modelo autoritário de supervisão foi importante para redefinir o papel do supervisor. Em vez de atuar como controlador do professor, o supervisor passou a ser compreendido como parceiro pedagógico, articulador do trabalho coletivo e mediador da melhoria da prática educativa. Essa mudança não significa ausência de acompanhamento ou responsabilidade, mas uma mudança no sentido do acompanhamento: de controle punitivo para orientação formativa.

A história da supervisão também se relaciona ao desenvolvimento da gestão escolar. Com a ampliação da educação básica, a diversificação do público atendido e o aumento das demandas sociais sobre a escola, tornou-se necessário organizar melhor o trabalho pedagógico. Planejamento, currículo, avaliação, formação continuada, inclusão, análise de resultados e relação com a comunidade passaram a exigir profissionais com visão ampla do processo educativo.

Outro ponto histórico relevante é a profissionalização das funções técnico-pedagógicas. A supervisão escolar passou a ser reconhecida como área de atuação que exige formação específica, conhecimento pedagógico, domínio da legislação educacional, capacidade de liderança, comunicação, planejamento e análise institucional. O supervisor não é apenas um professor deslocado para uma função administrativa; é um profissional com responsabilidades próprias na organização pedagógica da escola.

A evolução histórica também mostra que a supervisão acompanha as mudanças nas teorias educacionais. Concepções tradicionais, tecnicistas, críticas, construtivistas, sociointeracionistas e inclusivas influenciaram a forma de compreender ensino, aprendizagem e acompanhamento pedagógico. Hoje, espera-se que a supervisão contribua para práticas mais reflexivas, democráticas e voltadas ao direito de aprender.

FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA SUPERVISÃO ESCOLAR

Os fundamentos filosóficos da supervisão escolar dizem respeito às concepções de ser humano, conhecimento, educação, sociedade e formação que orientam a prática supervisora. Toda ação pedagógica carrega uma visão de mundo. Quando o supervisor orienta o planejamento, acompanha a prática docente ou propõe uma formação, ele parte de determinada compreensão sobre o que significa ensinar, aprender e formar sujeitos.



LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:

I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;

II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Parágrafo único. A publicidade a que estão submetidas as entidades citadas no caput refere-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;

V - desenvolvimento do controle social da administração pública.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;

IV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!